



UR B
Alagados
Salvador

Primeira etapa de Alagados ficará pronta em 11 meses

A assinatura de um contrato de financiamento de Cr\$ 36.337.633 entre o governo do Estado e o BNH-Banco Nacional da Habitação dia 5 de maio, em Salvador, foi o primeiro passo concreto para resolver o grave problema dos Alagados. As obras de aterro tiveram início, oficialmente, a 17 do mês passado, quando uma draga da CBD-Companhia Brasileira de Dragagem começou a operar do lado sul da península do Joanes, para retirar, em um período de 11 meses, 550 mil m³ de lama e aterrar uma área de 1,3 milhão de m³, cujos trabalhos correspondem à primeira etapa do aterro dos Alagados.

Concluída essa primeira fase, com o aterro de 21 ha, serão executadas obras de infra-estrutura e consequente construção de 1.097 unidades habitacionais para abrigo de aproximadamente cinco mil famílias dos Alagados. Essas casas serão do tipo proletário com 50 m², 75 m² e 100 m² de área construída, e entregues, de um modo geral, em função da capacidade da renda e da faixa etária da família. Todas elas terão apenas sanitário e uma pequena área coberta. Os moradores ficarão com espaço suficiente para ampliar as construções, segundo o presidente da Amesa-Alagados Melhoramentos S. A., arq. Wilson Angelin.

As primeiras obras em execução compreendem a instalação do cântero de obras; batimetria inicial — topografia do fundo do mar; desmatamento em volta da península do Joanes; mobilização das dragas de 12" e 24", transferência, através de dragagem, do aterro a um local próximo

para utilização em etapa posterior; dragagem da lama, do aterro e obras complementares.

CRONOGRAMA

Pelo cronograma, a primeira etapa do aterro será concluída em 11 meses, e antes disso, serão iniciadas as casas, para que os moradores da área que será objeto da segunda etapa de obras possam transferir-se para elas. Segundo Wilson Angelin, a primeira fase do projeto é a mais fácil, porque será executada totalmente em área livre, enquanto as seguintes implicam na remoção de pessoas e outras operações, porque dependem de um encadeamento de serviços a serem executados: aterro, infra-estrutura, habitação, remanejamento e assim sucessivamente. A segunda etapa do aterro compreende uma área de 60 ha.

Para efeito de execução do projeto, a área dos Alagados está dividida em: a) áreas de aterro já consolidadas, b) áreas de transição ou de bolsões, c) áreas de palafitas onde será feito aterro hidráulico, conhecida, também, como área de frente d'água. A recuperação das outras áreas, informou Wilson Angelin, virá posterior ou paralelamente, de acordo com o tipo de trabalho a ser feito.

CONTRATO

Com a presença do ministro Rangel Reis, do Interior, o contrato de financiamento do aterro dos Alagados foi assinado

pelo presidente do BNH, Maurício Schulman; governador Roberto Santos; Hilberto Silva, presidente do Banco do Estado da Bahia; Wilson Angelin, presidente da Amesa; Antonio Carlos Barreto, diretor da Amesa e ainda Hélio Edwal de Sales Lopes, diretor do BNH.

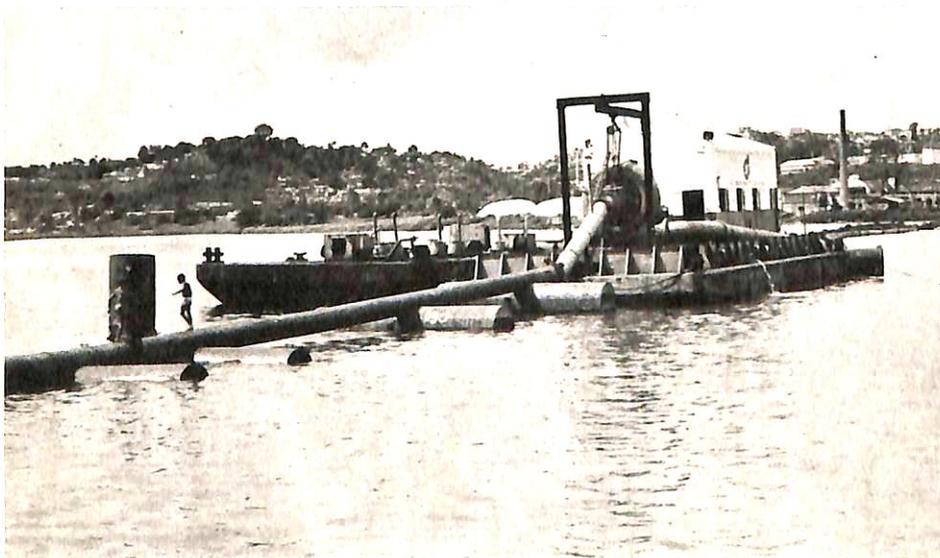
Referindo-se ao convênio, o presidente do BNH, revelou que "agora vamos ver se solucionamos de uma vez por todas a urbanização dos Alagados, através de mecanismos de financiamentos a juros simbólicos de 1% ao ano e um prazo de 21 anos de carência".

Destacou o ministro Rangel Reis que o primeiro passo para se criar condições de saúde, saneamento, escola e habitação foi dado com a assinatura do convênio, e "hoje sabemos que os Alagados representam uma situação de vida ruim e estamos dispostos a criar uma área mais adequada e mais condigna para viver".

Já o governador Roberto Santos admitiu que o poder público descuidou-se dessa área, mas garantiu que, no futuro, os Alagados serão conhecidos por outra razão: a atenção do poder público e a sua preocupação pelo homem.

Para os 90 mil moradores dos Alagados, a assinatura do contrato de financiamento e o começo das obras representam a concretização de uma promessa que há muito lhes vinha sendo feita, mas que não passava de um simples sonho. Vivendo em casas de madeiras sobre as águas, onde são descarregadas, diariamente, muitas toneladas de lixo da cidade, essa população apresenta um índice de pauperismo altíssimo: 35% das famílias não atingem o rendimento mensal de um salário mínimo e 62% delas ganham menos de dois salários mínimos, segundo estudos sócio-econômicos realizados pelo Gepab-Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia.

O aterro dos Alagados, por outro lado, resolverá outro problema que vem atemorizando os moradores da área: a poluição causada por dejectos despejados na península, por indústrias químicas instaladas na ilha de Lobato. Segundo o presidente da Amesa, Wilson Angelin, a areia jogada pela draga deverá soterrar o foco de poluição, enquanto a secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, prof.ª Maria Ivete Oliveira, que esteve presente ao início do aterro, confessou que o trabalho das assistentes sociais da secretaria visa advertir a população dos Alagados para o perigo da pesca e da cata de marisco em toda a extensão da área onde vive.



O aterro da península de Joanes pela Companhia Brasileira de Dragagem marcou início das obras